



Ata da 8 Assembléia Geral da Agenda 21 de Paraty 2014 – Ordinária

Fórum Temático: Integração dos PEAs da Costa Verde – Segundo Encontro

Às 14h do dia 24 de outubro de 2014, foi realizada a 10 Assembléia Geral do Fórum DLIS Agenda 21 de Paraty, em caráter ordinário, no prédio do CEMBRA, onde estavam presentes membros e convidados do Fórum: Vagno Martins, Ricardo Voivodic, Aldo de Bulhões Lara, Carlos Martins, Bruno Teixeira, Barbara Banzato, Ricardo S. Reis, Flavia Esteves, Marcela Albino Cananéia, Beatriz da Cunha Margem, Marcos Vinicius de Mello, Ana Carolina Muri, Ricardo G. Donato, Cristiano Lafetá, Manuela Quintela, Janete Ronch, Ladjane Silva, Luan da Silva, Mauriceia Pimenta Tani, Michele Cabral Sales, Raquel Albino da Conceição, Sergio Vieira, Telma Toledo, Luciano Vidal, Amilton B. C. Filho, Vinicius Soares de Oliveira, Silvio Pacheco dos Santos, Marcio de A. Oliveira, Ulisses Mansur Ferreira, Domingos Oliveira.

A Assembléia teve início na segunda convocação às 14h30 e foi conduzida por Vagno Martins, membro do órgão diretivo. Foi dada a pauta deste Fórum, ou seja, Integração dos PEAs da Costa Verde – Segundo Encontro. Domingos apresentou um vídeo produzido pela TV Folha do Litoral sobre os um milhão de litros de óleo de cozinha coletados pela campanha da coleta do óleo de cozinha usado na Bahia da Ilha Grande, campanha esta promovida pelo Fórum DLIS Agenda 21, Paraty.com, CoopBrilho – Disqueóleo e Jornal Folha do Litoral. Domingos comentou que o sucesso desta campanha de educação ambiental deve-se a adesão da população, escolas, empresas e instituições comprometidas com o desenvolvimento sustentável da região.

Em sua apresentação, o coordenador do Programa de Educação Ambiental da Petrobras, Marcos Vinicius, disse que a Petrobras atua em toda a Bacia de Santos, são 350 mil km quadrados e cinco pólos de exploração. Segundo ele, a Petrobrás já produz, hoje, na região, mais de 500 mil barris por dia. Disse que o grande foco hoje da Petrobrás é o Pré Sal, e que o PEA não se resume a um diagnóstico e que ele condiciona o licenciamento, que já foi realizado. O diagnóstico, disse Marcos, aconteceu em 51 comunidades de Angra, Mangaratiba e Paraty. Disse que o relatório já foi para o IBAMA e aguarda a revisão.

Vagno disse que trabalhou no diagnóstico junto às comunidades e é sempre cobrado por elas sobre quando serão informadas sobre os resultados das reuniões do Diagnóstico realizado pela Petrobrás. Disse que a vinda de poucas pessoas das comunidades a este Fórum se deve ao fato de que as pessoas estão desestimuladas a participar das reuniões porque não acreditam mais em nada, pois são muitos diagnósticos e pouca execução.

Marcos Vinicius disse que até os projetos prioritários são feitos com licitações e que demoram muito para acontecer. Reconhece que os diagnósticos geram expectativas. Disse que por ser empresa grande, a comunidade acha que ela tem fazer tudo, mas que há uma inversão de papéis, inclusive uma imputação das responsabilidades do gestor público.

Carolina, representante da equipe do PEA da Petrobrás, disse que o relatório foi analisado e encaminhado ao IBAMA, e que foi devolvido para correção. Disse que a equipe está fazendo os ajustes necessários e que só depois virá o Plano de Trabalho.

Carlos, representando a equipe de licenciamento de Petróleo e Gás do IBAMA, disse que o diagnóstico pertence à comunidade e que se depender do IBAMA, a partir de agora, ele deverá ser apenas atualizado. Disse que orientam as empresas a subsidiar os demais planos. E que o mais importante pro órgão ambiental é saber qual a percepção das comunidades sobre os impactos.

Marcos disse que a Petrobrás só executará trabalho naquelas comunidades cujo morador percebe impacto. Do contrário, não haverá execução. Deu o exemplo do pescador da Cajaíba. Se no diagnóstico ele responder que não percebe interferência das operações da empresa ali, disse que não tem por que a Petrobrás promover algo ali, na medida em que não há percepção de impacto da empresa na região.

Carolina disse que a Comunicação Social é fundamental para manter a comunidade informada, que deve haver um fórum de discussão e de que o Observatório do Pré Sal é este espaço de debate.

Carlos disse que a Petrobrás deverá se reunir com o IBAMA, que dirá o que deve ser feito junto com as comunidades. Disse que não será um projeto isolado, o avanço atingirá todas elas igualmente.

Telma, representante do Condomínio Laranjeiras, disse que em muitos casos falta conhecimento dos direitos e dos deveres de todos os setores, até na esfera governamental. Disse que quem faz licenciamentos sofre com políticos pressionando. Sugere implantar um projeto de comunicação para deixar essa pressão pra fora.

Marcos deu razão à Telma e, como exemplo, citou que não faz sentido obrigar a Eletronuclear a fazer o papel do governo no caso do investimento no Saneamento de Paraty. Disse que Angra também não tem esgoto, apesar de lá a arrecadação ser de mais de um bilhão de reais. Disse que com a Petrobrás é diferente porque ela não tem estas obrigações.

Domingos orientou que os presentes se atenham ao cenário atual e propõe que se tire do Fórum um plano de integração para a Região. Telma sugeriu de que dentro dos Programas de Educação Ambiental se discuta o desenvolvimento sustentável e considerou importante cobrar de cada ente seu papel, e o poder público incluído.

Cristiano comentou que 2/3 da Prefeitura é formado por funcionários concursados com pouco conhecimento em como captar recursos para projetos e obras. Questionou o que foi falado anteriormente e acha que as empresas devem se valer sim de ações que resultem em obras públicas para compensar o impacto social e ambiental que provocam.

Carlos disse que no IBAMA cada equipe interpreta as compensações de uma maneira. Reconheceu que há dificuldade de integração dentro do próprio IBAMA, entre os setores, e que muitas vezes as ações são sobrepostas. O primeiro desafio, disse ele, será integrar os Órgãos Ambientais.

Bruno, representante do IBAMA, disse que depois que foi publicada a Nota Técnica – Instrução Normativa de 2002, disse que é preciso adequar a forma de enxergar as ações. Disse que nunca teve um encontro para dialogar sobre isso.

Carlos disse que no caso do setor dele, que é sediado no Rio de Janeiro, isto é, mais próximo das empresas de Petróleo e Gás, há uma vantagem por ter a favor a pouca distância. Disse que seria preciso trazer as outras coordenações para esse patamar para conseguirem avançar e que, mesmo com boa vontade há dificuldades, por ser em Brasília. Lia informou que foi feito contato e convite para a equipe do IBAMA que coordena o licenciamento da empresa de energia nuclear, mas que, apesar do interesse em estar presente, não pôde enviar representantes.

Marcos disse que a Nota Técnica é bem importante. Disse que nunca vai haver integração se não der para avançar.

Carlos disse que falta alinhamento conceitual, e que é preciso nivelar o entendimento. Disse que os processos são muito semelhantes porque as comunidades são semelhantes, pois a Região é a mesma. Disse que busca essa integração com os licenciamentos, do contrário se perde tempo e dinheiro. Disse que não é possível falar de PEAs isoladamente e que há carência de informação. Entende que o estudo do impacto ambiental é insuficiente, precisa avançar nas caracterizações das comunidades indígena, quilombola e nas atividades pesqueiras e que o produto que deve ser validado pelas comunidades. Disse que terão de pensar como deverá ser esse processo devolutivo.

Ricardo disse que a Eletronuclear está fazendo também esta caracterização, trazendo estudo realizado pela UERJ, mas que a empresa se sente desconectada, provavelmente tendo que fazer algo que já deve ter sido feito e não sabem.

Carlos disse que o IBAMA precisa ter informação sobre o grupo que recebe o impacto. Acredita que por enquanto o impacto da Petrobrás não está preocupando o Órgão, talvez daqui a alguns anos, quando houver alguma ampliação nas operações. Disse que há restrições no licenciamento e que este é um Projeto Piloto na região. Disse que tiveram dificuldades no Termo de Referência e que com contribuição participativa, reconheceu ser um projeto desafiador. Disse que a caracterização caíra entrou depois, com o diagnóstico em curso, e que a aproximação de relacionamento deverá acontecer nos próximos 5 anos. Disse que o impacto das operações da empresa ainda não são sociais, pois não está havendo crescimento populacional por causa disso. E que o fortalecimento das comunidades, grupos sociais mais vulneráveis à cadeia de petróleo e gás, deverá ser uma boa compensação, pois eles dependem diretamente dos recursos naturais para sobrevivência. Por enquanto disse que acredita num processo de discussão com outros poderes, indústrias e atividades econômicas, debatendo sobre quais são as alternativas, e de que forma fazer isso coletivamente. Disse que Prefeitura, INEA, Ag. 21 conseguem se integrar a isso, e que Observatório do Pré Sal é fundamental. Disse que é preciso criar indicadores sócio econômicos e avaliação de impactos acumulativos cinéticos. Sugere um Grupo de Trabalho com os PEAs das empresas da região para um conhecer o programa do outro, para não repetir projetos. Disse que será preciso articular quais fóruns existem na região para poder utilizá-los, e integrar sociedade civil, órgãos ambientais, fóruns de diálogos, etc.

Ricardo Donato, representante da Eletronuclear, disse que a integração dos PEAs é muito importante, disse que a Eletronuclear realiza ações, mas que as do IBAMA ainda não conseguiram implantar. Na sua apresentação, mostrou que a empresa realiza recuperação ambiental de locais próximos à Usina, realiza programas com universidades e governo para capacitação de alunos e professores, e que começou a construir o programa de educação ambiental participativo, mas que está tentando concluir há dois anos. No Programa, havia a indicação do IBAMA para que fosse criado um conselho com a participação da sociedade. E que a mesma exigiu que ele fosse deliberativo, o que a empresa não aceitou. O problema foi superado quando a empresa sugeriu ao IBAMA que, no lugar desta indicação fosse criado um conselho externo, o que o órgão consentiu, e, que então, a empresa criou um comitê gestor de coordenação ambiental. Disse que outra indicação do IBAMA exige que a Eletro recontrate a empresa consultora de três em três anos, e que essa exigência dificulta a continuidade do processo.

Ricardo Voivodic do INEA fez sua apresentação falando sobre o Zoneamento Costeiro do Estado, dizendo que foi realizado um robusto diagnóstico que pode servir de base para a integração dos PEAs, alinhando e integrando diversas estratégias de educação ambiental.

Voivodic disse que o fundamental é entender o que a região está sofrendo e o que ela vai se tornar. Disse que falta capacidade técnica para lidar com esse desenvolvimento econômico e para não deixar ficar igual a Macaé, jogando toda responsabilidade sobre o Poder Público. Disse que se traduzir em tendências e criar um controle de metas de qualidade ambiental o Zoneamento resolverá a maior parte

dos conflitos. Disse que a Esec Tamoios só existe porque foi condicionante de licenciamento da Usina Nuclear.

Disse que, no caso da atividade pesqueira, a legislação se cruza muito, que são mais de 12 leis. Disse que é preciso construir uma estratégia de desenvolvimento sustentável junto com todos e alinhar esforço de ordenamento de uso. Quanto ao Zoneamento Costeiro, falta criar agora a estratégia de gestão ambiental integrada, fazer a mesa de pactuação e uma audiência pública.

O vereador Luciano Vidal, Presidente da Câmara de Paraty disse que muitas propostas já foram construídas e encaminhadas. Disse que nos últimos meses teve quatro agendas com a Ministra do Meio Ambiente em Brasília. Disse que primeiro inventaram o Acordo de Pesca, que depois virou Termo de Compromisso, sendo que o mesmo virou TAC e que nada muda. Disse que o Fórum de discussão sobre Meio Ambiente é esse aqui. Domingos sugeriu ao Vereador que a Câmara apóie o plano de desenvolvimento sustentável. Vidal disse que apenas cobra o que a lei obriga. Disse que o impacto e o transtorno que os empreendimentos instalam no município devem ser de responsabilidade das empresas.

Neste momento surgiram dúvidas na plenária sobre a definição dos termos condicionante e compensação, e também sobre diminuir o impacto e compensar. Como encaminhamento ficou acordado que a Câmara de Vereadores de Paraty realizará um Seminário no ano que vem com todas as instituições envolvidas para que se nivele o conhecimento sobre o glossário do direito ambiental e para que se pactue as responsabilidades sobre a integração dos Programas. Os coordenadores dos Programas Marcos Vinicius e Ricardo Donato se responsabilizaram em trazer soluções para integrar as coordenadorias, assim como Carlos, do IBAMA, ficou de tomar medidas para a integração com a coordenadoria do licenciamento da Usina Nuclear.

Nada mais a tratar, Vagno agradeceu a presença de todos e deu por encerrada esta Assembléia à qual eu, Lia Capovilla, secretariei e registrei a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

(anexo lista de presença)